



## II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências

3 a 5 de Julho de 2017, Salvador - BA

Eixo 4: Ensino da Geografia Agrária e Educação do Campo

### EDUCAR PARA AS ÁGUAS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS

**Táise dos Santos Alves**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da rede estadual da Bahia (SEC-BA). Contato: [taisealves85@gmail.com](mailto:taisealves85@gmail.com)

**Claudio Ubiratan Gonçalves**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contato: [biragrario@gmail.com](mailto:biragrario@gmail.com)

**Resumo:** As comunidades tradicionais pesqueiras vivem num cenário de diferentes conflitos no que refere aos seus territórios. Estes territórios se tornaram espaços estratégicos ao domínio do capital, constantemente ameaçados pela grilagem, os grandes empreendimentos públicos e privados e desastres ambientais. Tais práticas e interesses impulsionam conflitos por estes territórios, os quais além de incitar a diminuição da atividade pesqueira, invisibilizam os sujeitos que vivem da pesca artesanal, colocando em questão a perda da identidade tradicional do pescador(a) artesanal. Nesta perspectiva, o presente artigo, tem entre seus intuitos, trazer uma reflexão (a princípio teórica) sobre o papel da educação como meio, e também, condição de resistências frente aos conflitos pelos territórios pesqueiros. Experiências formativas e projetos de resistências em defesa destes territórios, como a Escola das Águas, idealizada e executada pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), tem sido uma proposta que permite dialogar com a educação a partir da formação dos pescadores(as) através da identidade construída nos territórios pesqueiros.

**Palavras-Chaves:** Territórios Pesqueiro, Pescadores(as) Artesanais, Educação.

### INTRODUÇÃO

Os pescadores (as) artesanais estão espalhados em diferentes comunidades tradicionais pesqueiras ao longo dos litorais e rios de norte a sul do Brasil. São homens e mulheres que possuem uma relação de dependência e ao mesmo tempo modificam a natureza. Os mesmos vão se transformando a cada pescaria, adquirindo novos saberes sobre o mar e habilidades sobre a própria atividade. O(A) pescador(a) artesanal para

exercer sua atividade, depende diretamente da natureza, seja pelos ciclos das marés, da lua, da quantidade de peixes disponíveis, dentre outros.

Assim, para compreender a atividade pesqueira artesanal, se faz necessário analisar para além da sua condição de trabalho. Já que atividade carrega as influências e modos de vida dos pescadores(as). Nesse ínterim, é preciso reconhecer que os espaços de prática da atividade possuem uma dimensão entre terra e água, que insere estes pescadores(as) num ciclo contínuo de transformações. É também um símbolo de permanência da cultura, de modos de vida e subjetividades que resistem, frente ao domínio do capital. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida em que o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo (MPP, 2015). O(A) pescador(a) artesanal historiciza, socializa e cria condições de sua existência material a partir dos usos da natureza para sua condição de existência e reprodução social.

Neste sentido, observa-se que as comunidades que praticam a atividade (as comunidades tradicionais pesqueiras) vivem num cenário de inúmeros conflitos no que refere aos seus territórios. Estes territórios se tornaram espaços estratégicos ao domínio do capital, pois, perpassam pela especulação turística, imobiliária, instalações de indústrias ligadas a parques aquícolas ou carcinicultura, e há, até mesmo, estratégias políticas, que, muitas vezes, se conectam às econômicas. Tais interesses e práticas impulsionam conflitos por estes territórios, os quais além de incitar a diminuição da atividade pesqueira, invisibilizam os sujeitos que vivem da pesca artesanal, colocando em questão “a perda da identidade tradicional do pescador artesanal” (ALVES, 2015; RIOS, 2012; KUHN, 2009).

A realidade das comunidades pesqueiras possui uma dualidade importante. Apesar do pescador(a) viver da pesca, ele(ela) executa atividades coadunadas que vão compondo o seu modo de vida e formando o território pesqueiro. Segundo Kuhn(2009), os pescadores(as) em seus territórios conjugam a pesca com agricultura, sendo assim um território de terra e água. Território estes constantemente ameaçados pela grilagem, os grandes empreendimentos públicos e privados e desastres ambientais, como já destacamos anteriormente.

Frente a este cenário, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) tem sido um importante espaço de discussão e construção de ideias e formas de resistência pelos pescadores(as) artesanais. O MPP atua em prol da luta pelos direitos dos(as) pescadores(as) artesanais do Brasil – Bahia. Suas bandeiras estão pautadas na luta pelo

seu espaço de reprodução social. As ações coletivas se fazem presentes para atender os desejos em comum: o direito de pescar e mariscar. Especificamente na Baía de Todos os Santos (BTS), o Movimento tem realizado denúncias destes conflitos, auxiliando e empoderando as comunidades pesqueiras nas mediações jurídicas, e principalmente, dando visibilidade a esses acontecimentos em âmbito nacional.

Dentre as ações desenvolvidas pelo MPP, voltadas ao resgate da identidade pesqueira, destaca-se a construção da Escola das Águas no ano de 2011. A Escola surge da necessidade de atender aos anseios das comunidades pesqueiras pela elevação da escolaridade, a continuação da formação educacional, formação política e a qualificação técnica dos pescadores e pescadoras artesanais do estado da Bahia, um processo educativo voltado para a realidade vivenciada em seus territórios (MPP,2017). A mesma, tornou-se referência para as demais comunidades pesqueiras no Brasil e tem contribuído significativamente no enfrentamento aos grandes projetos e na construção de um movimento social politicamente autônomo e comprometido com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Atualmente a Escola atende 30 educandos(as) vindos(as) de diversas comunidades pesqueira da Bahia, principalmente na BTS e o Recôncavo Baiano (MPP, 2015).

A escola funciona em duas dinâmicas, tempo escola e tempo comunidade, vale ressaltar que essa proposta educativa surge a partir do pensamento da pedagogia da alternância, o qual a Escola assume pela sua proximidade com os debates da Educação do Campo.

Sobretudo, o que se destaca na prática/ação pedagógica são as interconexões dos conteúdos formais resinificados a dinâmica da atividade pesqueira. Os mesmos são trabalhados a partir do vínculo com a cultura e tradição da pesca artesanal como seu pilar formativo. Busca-se valorizar os conhecimentos dos sujeitos ali presentes e pretende fortalecer a identidade pelo território pesqueiro (na maioria das vezes, estremecida frente a invisibilidade do Estado e os constantes conflitos vivenciados).

A Escola das Águas, apresenta um esforço pedagógico ainda tímido no ensino formal, ou seja, a formação teórica-metodológica-pedagógica por uma educação que dialogue com a realidade do sujeito, e neste caso em específico, a Escola das Águas atua a partir dos problemas enfrentados pelos pescadores(as), através da sua importância na sociedade, aos ciclos da produção pesqueira, a identidade do pescador(a), e principalmente, o fortalecimento dos territórios pesqueiros.

Deste modo, este artigo, surge dos primeiros debates em torno da tese, que se encontra em construção, intitulada: POR UMA “GEOGRAFIA DAS ÁGUAS”: A DIMENSÃO DA ESCOLA NA IDENTIDADE PESQUEIRA, cujo seu objetivo vem investigar, como a Escola das Águas tem contribuído no resgate e fortalecimento da identidade territorial das comunidades pesqueiras na Bahia (BTS). Assim, faremos aqui algumas reflexões teóricas sobre a identidade territorial e como, por meio deste processo educativo, pode contribuir com um projeto/proposta de educação que dialogue diretamente com o ensino-realidade-identidade territorial vivenciada nos territórios pesqueiros.

### **TERRITÓRIOS COMO PRÁXIS DA AÇÃO: OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS**

O território é formado a partir do espaço, cujo surgimento é conduzido pelas ações dos atores sociais. O que demonstra uma ordem instituída em cada território formado, mesmo de forma involuntária. Assim, na configuração de um espaço concreto ou abstrato, as representatividades ganham forma e conteúdo, fazendo dos atores sociais um elemento central na “territorialização” do espaço (RAFFESTIN, 1993).

Para Souza (2012), os territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas temporais: séculos, décadas, anos, meses, ou dias, podendo ter um caráter permanente ou uma existência periódica.

O conceito de território é muitas vezes interpretado pelo papel do Estado frente à expansão, controle, ordenamento e gestão de áreas. Entretanto, queremos adentrar para além dessa visão, já que entendemos que o território é também formado pelas manifestações dos grupos sociais que envolvem seus simbolismos e raízes culturais que são reflexos de suas ocupações, divisões e multiplicidades. Nesse aspecto, concordamos com Souza (2012), quando evidencia que no território,

[...] é visto como algo gerador de raízes e identidade, ou seja, um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 2012, p. 84).

Cardoso (2003) reafirma que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e, além disso, os territórios pesqueiros. Esses podem ser delimitados formal ou informalmente, garantindo a reprodução dos diferentes grupos

sociais, inclusive dos(as) pescadores(as) artesanais. Nesse aspecto, o conceito de território deve ser analisado pela identidade que os grupos sociais atribuem ao território.

Essa identidade atribuída ao território se constitui como base para o processo de territorialidades. Haesbaert (2010) enfatiza que territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionam efetivo poder sobre a reprodução, enquanto grupos sociais que são influenciados por aspectos culturais e de identidade praticados no interior do cotidiano dos diferentes grupos, no qual surgem suas subjetividades, costumes, práticas geradoras de sua identidade tanto individual, quanto coletiva. Nesse sentido, os(as) pescadores(as) artesanais carregam suas simbologias e costumes próprios e, assim,

[...] desenvolvem uma série de saberes, fazeres e sabores que representa elementos culturais de matriz indígena e afro-brasileira [...] estabelecem uma relação bastante peculiar com os recursos naturais, o que garante a preservação dos seus territórios, bem como sua reprodução física e cultural. (MPP, 2015, p. 04)

A identidade é uma fonte de significado e experiência de um povo. Quando atribuída aos sujeitos, destaca-se como processo de construção de significados, com base em um e/ou conjunto de atributo(s) cultural(is) inter-relacionado(s), os quais prevalecem sobre outras fontes de significado; pode ser múltipla, mesmo atribuída a um único sujeito. Entretanto, a mesma pode ser construída a partir de instituições dominantes, e assumem esta condição se os sujeitos as internalizarem, construindo seu significado com base nessa internalização (CASTELLS, 2000). Do ponto de vista da sociologia, a identidade é construída. Do ponto de vista da territorialidade do espaço, a identidade será um dos fatores para sua materialização, já que é promovida pela identidade coletiva de um grupo social, ou seja,

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-cultural, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção.

O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais (APARECIDO SOUZA; PEDON, 2007, p. 132-133).

O território é também constituído pela identidade atribuído a ele. Os elementos da unidade e da ação criada e recriada pelo homem, irão concretizar sua forma e é por isso que o espaço é anterior ao território, pois é a partir da junção desses elementos que o

mesmo surge. E como já foi frisado, a identidade é um ponto a ser analisado para se entender como se formam as territorialidades. Para Aparecido Souza e Pedon (2007), a identidade territorial não existe, nem *a priori* nem *a posteriori*, na constituição do território, por ser um movimento natural de sua constituição, e são as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que definem o status ontológico desse processo. Outro ponto evidenciado pelos autores são as representações, pois nascem destas relações por haver uma forte ligação entre os espaços ocupados/territorializados por diferentes grupos, assim estes processos geram as representações sociais dos grupos e sujeitos, e segundo os autores, fazem parte da comunicação e das práticas sociais, assim estas representações criam suas diferentes ideologias e interesses, que são desenvolvidos no espaço e para o próprio espaço. Nesta perspectiva,

[...] a territorialidade, compreendida numa perspectiva que entende esta como reflexo da multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, está permeada por um conjunto de representações que delimita os limites do território, resultando na configuração exclusão/inclusão. Os que estão fora e os que estão dentro, nas palavras de Norbert Elias, os estabelecidos e os *outsiders*.

A territorialidade ao mesmo tempo em que expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma específica de ordenação territorial. Pois uma coisa está imbricada na outra de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação das identidades territoriais (APARECIDO SOUZA; PEDON, 2007, p. 135).

Nesse sentido, temos os territórios pesqueiros, que também são frutos das manifestações sociais, de relações com e entre os homens a partir dos elementos que constituem um território que envolve simbolismo com a natureza e específico de quem “vive do mar”. Esse é compreendido pelos usos que os(as) pescadores(as) artesanais fazem do espaço geográfico que se dão as relações de conhecimento do próprio espaço, onde os agentes sociais estabelecem suas relações de poder.

Rios (2012) destaca que as comunidades tradicionais pesqueiras determinam o espaço na medida em que estabelecem suas relações com a natureza, ambas mediada pelo trabalho humano, seja através da pesca, da mariscagem, da moradia, da comercialização; em que também desenvolvem uma relação de poder sobre o espaço em que determinam sua reprodução social. Dessa forma, o(a) pescador(a), a marisqueira, as entidades representativas da pesca (Colônias, Associações, Sindicatos, Cooperativas), os atravessadores e o Estado compõem esse território. O mesmo é marcado pelas relações de contradições estabelecidas no cotidiano da atividade pesqueira e, assim, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação,

e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Assim, a atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade tanto de uso, como de prática do/no espaço. Sua especificidade ocorre de forma articulada entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de conhecimento da natureza e o segundo significa os espaços de morada do(a) pescador(a) e a realização do pescado enquanto mercadoria (CARDOSO, 2003). A condição de uso compartilhado é outra especificidade dos territórios tradicionais pesqueiros. Os(As) pescadores(as) definem seu território, delimitam seus usos e, ao mesmo tempo, relacionam-se e compartilham esse mesmo território com outros grupos de pescadores(as). O território nasce a partir de uma produção, historicamente construída e resultante de um processo que envolve a relação de conhecimento sobre uma dada fração do espaço.

### **PROJETO DE RESISTÊNCIA: A ESCOLA DAS ÁGUAS**

Os estudos sobre pesca artesanal surgem de um debate emergente das novas demandas da sociedade e relações com natureza. Concordamos com Silva (2014), quando destaca que compreender a atividade pesqueira artesanal nas ciências sociais ultrapassa os limites de vê-la apenas como tema, pois, a pesca, aparece como uma categoria de análise do espaço geográfico, e a possibilidade de criar uma dialética epistêmica da atividade no espaço, na natureza do espaço, pode revelar os(as) pescadores(as) artesanais como sujeitos que apresentam riquezas e saberes que tornam seu espaço de reprodução social (os mares, os rios e os mangues) locais de expressão particular de uma relação intimista com a natureza. As comunidades pesqueiras, são grupos sociais, segundo critérios de auto-identificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida dotado de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhado (MPP, 2015).

A proposta da Escola das Águas, caminha nos princípios de uma pedagogia libertadora, pois ao privilegiar o diálogo das práticas sociais experienciadas em seu cotidiano, sobretudo no contexto das lutas, permite ao sujeito – o aluno(a) – conhecer “sua história, e entender as coisas que ali acontecem. Nenhum lugar é neutro, pelo

contrário, é repleto de histórias e com pessoas historicamente situadas em um tempo e em um espaço” (CALLAI, 2012, p. 72) e quando evidencia este debate nas escolas situadas nas comunidades tradicionais pesqueiras, “[...] estímulo meus alunos a fazer relações entre escola e mundo, se os estímulo a serem ativos e participativos, na escola e fora dela, se relaciono geografia com o mundo e com as pessoas (KAERCHER, 2007, p. 85).

A exemplo de outros modelos de educação que privilegiam a dinâmica do cotidiano praticada pelos sujeitos, a exemplo da educação do campo, fundamentam a importância da formação geral e formação para o trabalho, com foco na realidade praticada no contexto rural, tendo como práticas pedagógicas, desenvolver e valorizar saberes de suas comunidades. Uma educação que privilegie o conjunto de experiências construídas por muitos debates, práticas e situações as quais envolvem a realidade do lugar, torna-se relevante no fazer pedagógico das escolas, grupos e demais espaços as quais envolvem diferentes realidades.

Neste sentido, uma educação baseada na realidade em que o sujeito estar inserido e submetido, permite como destaca Freire (1987) uma humanização, ou seja, as relações do homem com a realidade são “resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos” (FREIRE, 1987, p. 43), e este próprio homem faz cultura, cria, recria, decide tem autonomia e “é também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (FREIRE, 1987, p. 43). Sobretudo, uma educação que prioriza a humanização, a liberdade, e os excluídos vão de encontro ao sistema dominante e adentram no contexto das lutas sociais. É importante destacar que a escola pública é calcada na lógica neoliberal, privilegiando as competências e habilidades típica de uma “pedagogia das competências”, que “apresenta-se como elemento confluentes em relação ao fenômeno da crise estrutural do capitalismo contemporâneo” (ZORZAL, 2006, p.185), ou seja, uma proposta de ensino que se apresente oposta à essa lógica, representa uma barreira nas lógicas instituídas.

Freire (1987) nos provoca destacando que a autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta. É no despertar que “alimenta” desdobramentos por uma educação, que tire o sujeito do lugar da acomodação, do silêncio, os provoque para refletir a sociedade, ou seja, suas multiplicidades, conflitos, sonhos e esperanças.

Para Monte Alto (2012) uma a educação, quando se realiza no contexto das lutas, dos movimentos sociais e demais organizações do povo, busca um ensino baseado em conteúdo que se referem especificamente à realidade das pessoas, definidos coletivamente pelos próprios sujeitos envolvidos neste processo educacional. A autora defende a discussão a partir da a proposta pedagógica Freiriana, e ainda evidencia que a mesma, se aproxima com o que se pretende na Educação do Campo, uma vez que requer um(a) educador(a) problematizador(a), privilegiando o diálogo, a partir dos questionamentos e das práticas sociais, visto que o processo de aprendizado não se desenvolve na transferência do conhecimento, mas sim na criação de oportunidades que proporcionam a sua construção (FREIRE, 1987).

Neste sentido, o trabalho pedagógico nestas escolas deve ser pautado em um currículo diferenciado e encarado, sobretudo, como instrumento político, inserido como elemento da organização escolar, buscando a inclusão destes sujeitos – e neste caso em especial filhos, filhas de pescadores(as) e os próprios pescadores(as) artesanais – na consciência de suas identidades. A escola deve (ou deveria) ser um espaço de resistência, contestação e possibilidade de transformação do próprio fazer pedagógico. No que se refere ao ensino de geografia em específico, a prática pedagógica da disciplina escolar deve começar pelo lugar de vivência do aluno, explorando todo seu potencial de seu conhecimento prévio e, com base nele, introduzir os conceitos científicos dominados pelo professor(a). É no conhecimento local que estão as fontes que servirão de parâmetro para o aluno atingir o conhecimento espacial de outras realidades (PONTUSCHKA, et al, 2012).

Entretanto, cabe frisar que a construção do saber não é algo que acontece em um momento específico nas comunidades pesqueiras, pois todas as dimensões da vida são impregnadas de saberes tradicionais que não se aprende em um banco de escola, mas no fazer, viver, na relação cotidiana. Ser pescador ou pescadora se aprende pescando. É no ato cotidiano, em sua reprodução social. Por isso, o tempo da escola, na maioria das vezes concorrem com tempo da maré, do rio e das lagoas, resultando em um negligenciar do processo, formais de estudo. É comum encontrar pescador(a) que nem cursou a escola fundamental. O índice de analfabetismo entre este grupo, infelizmente, é significativa.

Outro ponto importante neste debate, são os jovens pescadores(as). Fora da escola, quando não estão na pesca, estes jovens ficam sujeitos a uma infinidades de fatores de vulnerabilidade social presentes em suas comunidades. Junto a condição de insuficiencia

de renda, tem se somando, em função das mudanças provenientes do processo de desenvolvimento do capitalismo, questões ligadas à saúde, crescente aumento de consumo de drogas, prostituição infantil e de adolescentes, alcoolismo, entre outros (MPP, 2017).

Neste sentido, estas comunidades pesqueiras necessitam de uma escola que dialogue com seus saberes tradicionais, respeitem seus modos de vida e se organizem a partir da relação escola, trabalho, luta social e saberes tradicionais, construindo uma Escola onde os territórios pesqueiros sejam a base de toda a produção de conhecimento que nela é desenvolvida.

### **PARA NÃO CONCLUIR...**

A Escola das Águas é uma experiência de educação não formal, elaborada e coordenada pelo MPP, que tem por finalidade atender a pescadores e pescadoras do estado da Bahia, visando superar e elevar escolaridade entre os pescadores(as) artesanais nos territórios pesqueiros.

Para o MPP (2015) o território pesqueiro é um território de identidade ancestral que compreende espaço físico de terra e água (manguezal, coroa, costeiros, rios, mares, lagos, lagoas...). O conjunto dos saberes e fazeres dos pescadores(as), bem como sua forma específica de se relacionar com a natureza e seus recursos, a ancestralidade e o sagrado, caracteriza uma identidade específica dos sujeitos que nele vivem. Não se trata meramente do espaço físico ao se reportar ao território, ao contrário, refere-se ao modo/forma de pensar, agir dos(as) pescadores(as) na relação com seu espaço de moradia, trabalho, relações culturais, sociais e econômicas.

Deste modo, o território (pesqueiro) nos revela diferentes dimensões. Seus simbolismos, ideologias, códigos, não são elementos abstratos, já que é a partir destes elementos que o território ganhará sua materialidade que parte das experiências vividas pelos sujeitos que ocupam os espaços. Assim, o território é o movimento da ação humana pela sua experiência, vivência com seu espaço, seja com outros homens, pelas suas relações, sua sociabilidade, de modo geral, o território é a manifestação das relações sociais.

Diante do exposto, neste (pequeno) ensaio teórico, nota-se que as experiências vivenciadas nos territórios pesqueiros, tende a favorecer a identidade de pescador(a) artesanal, atuante e comprometido com seu espaço, que ultrapassará os muros da desta e

de outras escolas. Além do reconhecimento de que a população do campo e das águas tem direito a uma educação adequada a sua história e ao seu modo de produzir e de viver.

## REFERENCIAS

- ALVES, T. **A pesca artesanal em Baiacu – Vera Cruz (BA):** identidades, contradições e produção do espaço. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador (Ba), 2015.149f.
- APARECIDO SOUZA, E.; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas-MG. v. 1, nov. 2007. p. 126-148.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 2, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- CARDOSO, Eduardo S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. In: **GEOUSP - Espaço e tempo**, n. 14, São Paulo, 2003. p. 119-125.
- CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MONTE ALTO, Rosana Lacerda. **Saberes e fazeres quilombolos:** diálogos com a educação do campo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba (MG). Uberaba, 2012. 136 f.
- MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Cartilha Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais.** Bahia, jul. 2015.
- MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Projeto Político Pedagógico da Escola das Águas.** Bahia, abr. 2017.
- PONTUSCHKA, N. N. *et al.* **Para ensinar e aprender Geografia.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- KAERCHER, Nestor. Práticas geográficas para lerpensar o mundo, converentendersar com o outro e entenderscobrir a si mesmo. In: REGO, Nelson et al. **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- KUHN, Ednizia Ribeiro A. **Terra e água:** Territórios dos Pescadores Artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador (Ba), 2009. 173f.
- SILVA, Catia Antonia da. Elementos Epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, Catia Antonia da (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 13-26.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** França. São Paulo: Ática, 1993.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros:** pescadores artesanais e carcinicultores no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, 2012. 263f.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

ZIENTARSKI, Clarice, *et al.* A educação, a escola e seu papel a manutenção ou transformação social. In: **VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS**, 2009, CAMPINAS. p. 1-20.